Ulysses e Sant'Anna buscam união

As relações entre José Sarney e o PMDB têm sido tempestuosas. Desde que rompeu com o PDS, em junho de 84, para integrar a Frente Liberal, Sarney sempre foi visto com reservas por sua origem pedessista e enfrentou várias crises de relacionamento no partido em que ingressou para selar a Aliança Democrática e ser o vice de Tancredo Neves.

Ao longo desses dois anos meio de convivência politica, o Presidente se ressentiu da falta de apoio do PMDB em várias ocasiões. Reclamou com amigos e dirigentes do PFL que o partido de Ulysses Guimarães foi solidário nos momentos de euforia e sucesso do Governo e lhe virou as costas sempre que esteve com problemas ou em dificuldades.

Sarney e o PMDB tive-ram relações tranquilas e distantes durante a enfermidade de Tancredo Neves e logo após sua morte. Em agosto de 85, o Presidente marcaria pontos junto ao PMDB, quando trocou Francisco Dornelles (criti-cado e chamado de Velha República pelo setor mais progressista do partido) por Dilson Funaro, que chegou ao Ministério da Fazenda com uma equipe de economistas considerados de esquerda PMDB: mas a calma durou pouco porque a persistência dos índices inflacionários e a indefinição política do regime ensejariam novas criticas dos peemedebistas ao Presidente.

Em janeiro e fevereiro de 86, às vésperas do Plano Cruzado, o PMDB estava novamente à beira do rompimento com o Palácio do Planalto. Retomando o tom crítico que já havia adota-do quando Francisco Dornelles tentou manter congeladas as tabelas do Imposto de Renda na fonte, 30 dias antes de sua queda, o partido abriu suas baterias contra a reforma ministerial realizada pelo presi-

dente Sarney. Na primeira reunião ministerial após a mudança na equipe, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, não compareceu, manifestando o desagrado de sua bancada com os nomes escolhidos para o Ministério. Dias depois, em São Paulo, o então lider do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, bateu firme: "O PMDB torce para que o Presidente faça um bom governo mas não participará dele". Na

mesma linha, Pimenta da Veiga fustigou: "O PMDB não é governo, mas coligado do Governo. Deve ser consultado e pode apoiar ou não as medidas propostas pelo Governo.

Sarney estava acuado. O PMDB queria eleger um lider desvinculado do Governo. O PMDB gaúcho fazia reuniões para decidir seu comportamento frente ao presidente Sarney e sua ala progressista defendia o rompimento. O descontentamento com a partilha dos cargos na reforma ministerial havia gerado uma crise maior que a indefinição econômica sob uma inflação mensal de 15%.

Foi nesse clima de desagregação que o Governo lançou o Plano Cruzado, recebido inicialmente com reservas pelo PMDB, que não saiu em defesa do congelamento de preços e da estabilização financeira quando o governador do Rio, Leonel Brizola, centrou suas criticas no fato de o plano congelar também os salários. Somente quando constataram a adesão popular ao congelamento, o surgimento dos fiscais do Sarney e o despertar da cidadania, os peemedebistas aderiram ao Cruzado e ao Governo, que havia acabado de implantá-lo

A adesão do PMDB cresceu na proporção dos indide popularidade do ces Presidente. O partido assumiu a nova ordem econômica, exigiu do Governo a manutenção do congela-mento de preços, usou a medida como bandeira eleitoral e saiu das eleições de 15 de novembro com uma bancada de 303 constituintes e com 22 governado-res estaduais. Cresceram ainda, graças ao Cruzado, as expectativas quanto à duração do mandato do presidente Sarney: em janeiro de 86, o máximo que se admitia eram 4 anos: em outubro, nas praças públicas, só se falava em seis anos.

Passada a eleição, o Governo iniciou os ajustes da economia. Ulysses Guimarāes apoiou as medidas corretivas do Cruzado II e quase foi atropelado pelos governadores peemedebistas que com elas não concordaram. O recrudescimento inflacionário foi acompanhado por reivindicações dos vitoriosos do PMDB de maior espaço no Governo. Sarney volta a ficar sob o fogo cruzado do partido.

Ulysses sai candidato à presidência da Câmara e da Constituinte com apoio do Palácio do Planalto e do PFL. Na discussão do regimento interno da Constituinte, 20 dias depois, o presidente Sarney volta a ser alertado pelo PFL de que o PMDB arquiteta, no regimento da Constituinte, um golpe contra seus poderes.

Inspirados nos princípios da Constituinte soberana e absoluta, Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga e o novo lider peemedebista Luiz Henrique dão respaldo às teses da esquerda peemedebista para que a As-sembléia possa modificar. por maioria absoluta de votos, dispositivos da Consti-

tuição em vigor.

Sem consultas ao Presidente, o PMDB tenta aproyar o regimento que abre caminho para a soberania da Constituinte pela redução dos poderes do Executivo. Sarney é alertado pelo PFL de que a fixação de seu mandato, a manutenção do estado de emergência, assim como as atribuições de presidente da República estão sujeitas à vontade do PMDB, cujos 303 representantes são maioria folgada na Assem-

Em meio a essa tentativa de golpe, outro fato contribui para aumentar a desconfiança do presidente Sarney: a hostilidade declarada de Ulysses Guimarães e dos líderes Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso em relação ao deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), indicado pelo Palácio para líder do Gona Câmara, verno exemplo.

Finalmente, o presidente Sarney resolve declarar a moratória para os gastos da divida externa, atendendo um antigo reclamo dos peemedebistas e reconhecendo a dificil situação econômica do Pais. Sintomaticamente, o PMDB se cala. Nenhum líder vai à tribuna para defender a decisão do presidente Sarney. Para o PMDB, foi como se nada tivesse acontecido. Ninguém criticou o Governo, é verdade. Mas ninguém tampouco o elogiou.

E assim o Governo chega às vésperas de uma nova reforma ministerial apoiado no PFL, cujas bancadas desde novembro vêm discutindo um iminente e nunca concretizado rompimento com o presidente Sarney e no mesmo clima de desconfiança que, desde a formação da Aliança Democrática, vem marcando suas relações com o PMDB.